

## **Legislativo discute Agência Reguladora Municipal**

Câmara de Guarujá recebe munícipes para nova série de debates sobre a necessidade da criação de uma Agência Reguladora

Na sexta-feira, 4 de setembro, no plenário da Câmara, a partir das 19h, a Comissão de Assuntos Relevantes -integrada pelos Vereadores Arnaldo do Nascimento (PDT), Antonio Addis Filho (PV) e Marcelo Mariano (PMDB) - sob o comando do Presidente, José Carlos Rodriguez (DEM), aguarda a presença de toda a população de Guarujá, para dar continuidade a discussão sobre a implantação de uma Agência Reguladora Municipal.

O que são, para que servem - As Agências Reguladoras Municipais passaram a existir com a criação da Lei Federal 11445/2007 - que demorou 20 anos tramitando no Congresso. Reconhecendo que a atividade regulatória é essencial e indispensável ao Estado moderno, autoridades federais, municipais e estaduais foram rápidas em adotá-la como solução para seus serviços públicos delegados. Na qualidade de “agências de Estado”, as agências reguladoras desempenham o papel de mediadoras entre os interesses do Governo, dos usuários de serviços públicos e dos operadores desses serviços. Sua principal função, é o exercício da fiscalização, da normatização das ações que serão executadas pelas prestadoras dos serviços públicos e da vigilância constante para assegurar a boa qualidade de vida de todos os munícipes. Como elemento chave, a instituição deve ser apolítica.

O problema - Em relação ao saneamento básico foi verificado que nos últimos anos os investimentos realizados em todo Brasil, não acompanharam o crescimento da população. Hoje são mais 40 milhões de pessoas vivendo em domicílios desprovidos de abastecimento de água tratada e mais de 80 milhões sem rede coletora de esgotos. Cálculos indicam que os governos municipais, estaduais e federal precisam investir mais de cinco bilhões de reais ao ano para, em 20 anos, alcançarmos um patamar considerado satisfatório no setor de saneamento, o que não está sendo feito. Em Guarujá, a construção civil desordenada, a falta de planejamento urbano e de saneamento básico, e o grande movimento de turistas, que nos meses de verão, chega a quadruplicar a população da cidade, tornaram a situação ainda mais grave.

“É urgente que façamos uma avaliação séria de nossas necessidades e das medidas que devemos tomar para nos mantermos alerta diante dessa política que transfere para o setor particular a execução dos serviços públicos. Devemos criar uma entidade para promover, com eficiência, a regulamentação, controle e fiscalização, dessas parcerias.” Explica o Vereador José Carlos Rodriguez. “Na verdade, não se trata de regular mais, e sim de produzir regulação mais eficiente”, conclui.

Guarujá, 31 de Agosto de 2009.

Soraya Liguori – Assessoria de Imprensa

Câmara Municipal de Guarujá